
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

“CARTA ABERTA AOS CALOTEIROS”: RELAÇÕES ENTRE CORRESPONDÊNCIA E IMPRENSA

Telma Maciel da Silva¹ (UEL)

RESUMO: Entre os anos de 1963 e 1995, o contista paulistano João Antônio (1937-1996) se correspondeu com o amigo, também escritor, jornalista e historiador itapireense, Jácomo Mandatto (1933-2009). Os documentos produzidos por essa troca epistolar foram, em sua maioria, doados ao Fundo João Antônio, localizado no CEDAP – Unesp/Assis, no início dos anos dois mil, tendo sido organizados no que se convencionou chamar de “Coleção Jácomo Mandatto”. Dentre as centenas de cartas enviadas pelos correspondentes, este artigo analisa um conjunto no qual o escritor denuncia o que chama de “calote” por parte de grupos com quem estabeleceu parcerias de natureza comercial. Em um tempo em que não existiam as redes sociais ligadas à internet, era preciso muita criatividade para que tais denúncias chegassem ao grande público. Nesse sentido, as cartas tinham papel estratégico, pois permitiam a articulação em rede de escritores e jornalistas Brasil a fora. Analisaremos neste artigo algumas cartas de natureza híbrida, visto que ao mesmo tempo em que são documentos pessoais, também são destinadas ao público. Trata-se das chamadas cartas ostensivas/circulares, cuja função era sair da esfera íntima e alcançar a imprensa. Para tanto, elas eram enviadas para o maior número de correspondentes possível e publicadas em jornais e revistas.

PALAVRAS-CHAVE: correspondência; imprensa; mercado editorial.

“OPEN LETTER TO DEADBEATS”: RELATIONS BETWEEN CORRESPONDENCE AND THE PRESS

ABSTRACT: Between 1963 and 1995, São Paulo short story writer João Antônio (1937-1996) engaged in a prolific correspondence with his friend, Jácomo Mandatto (1933-2009), also a writer, journalist, and historian from Itapira. The documents resulting from this epistolary exchange were largely donated to the João Antônio Fund, housed at CEDAP – Unesp/Assis, in the early 2000s, and were organized into what came to be known as the ‘Jácomo Mandatto Collection’. Within this extensive collection, spanning hundreds of letters, a subset has been identified for analysis in this article. These letters shed light on João Antônio’s critique of what he termed ‘default’ among groups with whom he had established commercial partnerships. Notably, in an era predating the advent of social media and internet-linked networks, conveying such grievances to a wider audience demanded considerable ingenuity. Herein lies the strategic role of these letters, which facilitated the formation of networks among writers and journalists both within Brazil and abroad. This article examines a selection of letters characterized by

¹ telmaciel@uel.br - <https://orcid.org/0000-0001-7054-0035>



their hybrid nature. While inherently intimate in their content, they were also crafted with the intent of reaching a broader readership. These overt/circular letters were disseminated to numerous correspondents and subsequently published in newspapers and magazines, transcending the confines of the private sphere to engage with the public realm.

KEYWORDS: correspondence; press; editorial market.

Recebido em 15 de novembro de 2023. Aprovado em 26 de março de 2024.

“Suvandia (quem vive à custa dos outros) –
é uma grande expressão que eu desconhecia. É aplicável aos editores.
(in *Paixão de João Antônio*)

JOÃO ANTÔNIO EM REDE

Desde os anos sessenta, época que marca o início da correspondência de João Antônio e Jácomo Mandatto, pode-se observar uma relação tensa entre o escritor de *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963) e os vários órgãos com os quais colaborou. Para se defender de práticas que considerava abusivas, não raro o escritor lançava mão de missivas que enviava aos amigos, muitos deles escritores e jornalistas, com o fim de pedir ajuda na divulgação dos desmandos sofridos. Essa prática de denúncia como forma de sensibilização da opinião pública, que no tempo atual foi facilitada pelas redes sociais e ampliada até o paroxismo, até o início dos anos 2000 (dois mil) demandava muito trabalho, visto que as conexões entre os indivíduos se davam majoritariamente por meio da correspondência física.

No início da carreira, João Antônio escrevia aos amigos com muitas reclamações sobre o andamento de sua vida profissional e, principalmente, do tratamento que recebia dos patrões. Um episódio bastante conhecido a esse respeito é o da ação que moveu contra a agência Pettinati, na qual trabalhou como publicitário:

Profissionalmente, Jácomo, vou numa merda de fazer gosto. Imagine que eu me prostituo cá na Agência Pettinati de Publicidade Ltda., há três maus anos. Nunca tirei minhas férias (a que tenho direito) nem tampouco as recebi em dinheiro. Bem, eu queria aproveitar o mês de maio para usufruir minhas férias que empregaria na cobertura publicitária (televisão, visitas à televisão, procura de amigos, etc) do meu livro de estreia. Pedi, então, ao ilustre senhor comendador Francisco Pettinati minhas férias. Deu? Não deu. Conversou-me o desgraçado. Aliás, o desgraçado sou eu, Jácomo. Sabe o que fiz, então? Fui ao Ministério do Trabalho e dei entrada a uma reclamação que vai virar processo trabalhista. É. Se os Pettinati gostarão ou não – é problema deles. Quero férias. E o troço vai feder. Se quiserem me mandar embora, tanto melhor. Pego um dinheirinho de indenização e me largo por aí, cato outro emprego. (Antônio 1963: caixa n. 22)

A contenda com a agência de publicidade terá vários capítulos nos meses que se seguem e as cartas funcionam não apenas como meio para o escritor dar vazão ao seu lamento, desabafando com o amigo, mas – muitos anos depois – também como espécie de arquivo do processo, como vemos nos trechos a seguir: “Preciso favor teu. Um bom amigo quer – e merece – se aposentar. Trabalhou comigo na Pettinati* e não tem nenhuma documentação. Assim, preciso descobrir o ano em que processei aqueles senhores. Você deve, pelas cartas que lhe enviei, descobrir isso” (Antônio 1982: caixa n. 22).

Dos anos sessenta, há ainda muitos outros momentos em que o contista reclama do tratamento que recebe enquanto trabalhador das letras:

A revista Sr. que ficou de me publicar “Malagueta, Perus e Bacanaço” no mês de janeiro, deu-me um fora dos capetas também no mês de fevereiro. O *Jornal do Comércio* publicou-me um artigo: nada de pagamento até agora. O *Estado de São Paulo* está com trabalho meu e não publica. A *Tribuna da Imprensa* que em 15 de dezembro de 1962 premiou meu “Meninão do Caixote” no Concurso de Contos, até agora não se manifestou com os Cr\$10 mil. Escritor: morrer de fome alegre e contente. Alegre, contente e silvestre. (Antônio 1963: caixa n. 22)

Se por um lado, estes relatos são importantes para se contextualizar a situação específica do jovem João Antônio, àquele momento ainda estreante, por outro lado, eles dão conta, também, da precariedade de toda uma classe. No livro *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras* (2001), as pesquisadoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman fazem um longo percurso, buscando historicizar as relações tantas vezes desiguais no mercado editorial brasileiro. Nesse sentido, nos capítulos IV e V, Zilberman e Lajolo analisam cartas e contratos de diversos escritores para mostrar como os documentos – de natureza comercial e íntima – evidenciam relações “leônicas” entre autores e patronato. E disso não escaparam nem os mais importantes nomes de suas épocas, como é o caso de Euclides da Cunha, que segundo carta reproduzida na obra, teria sido obrigado a dividir em meio a meio os lucros da venda de *Os sertões* com o seu editor.

No caso de João Antônio, pouco mais de dez anos depois daquela carta enviada a Mandatto, o contista escreve a Fábio Lucas. Agora, já com o nome consolidado no jornalismo profissional e relativamente conhecido no mercado livreiro, o escritor expressa sua desconfiança diante dos editores: “não confio um só momento nos editores nacionais. Só quem não os conhece acredita neles. Em todo o caso, como não tenho opções...” (Antônio 2004: 96). As reticências denotam a sensação de impotência de quem não tem o que fazer a não ser se resignar. No entanto, essa resignação, principalmente na segunda fase da carreira, é sempre parcial. Se nos primeiros anos, ou seja, início da década de sessenta, o escritor usa a correspondência com amigos e colaboradores para se lamentar e denunciar esses desmandos na esfera íntima, num segundo momento, a partir de meados dos anos setenta, ele passa a, de certo modo, profissionalizar as queixas, usando seu prestígio e sua rede de contatos para que as reclamações ganhem o grande público.

Dessa forma, o diálogo epistolar com os amigos continuará a trazer as queixas, mas em dados momentos ele rompe a esfera íntima e ganha a esfera pública. Para isso, João Antônio tinha algumas estratégias, entre elas, as chamadas cartas circulares e/ou ostensivas, que muitas vezes mantinham a aparência de cartas pessoais, mas eram enviadas para diversos correspondentes. A crítica francesa Geneviève Haroche-Bouzinac, no livro *Escritas epistolares* (2016), estabelece algumas relações entre as cartas ostensivas e as circulares, sendo as primeiras aquelas que “podem ser mostradas (*ostendere*) sem inconveniência para os correspondentes” (Haroche-Bouzinac 2016: 53), enquanto estas últimas são destinadas a um grupo específico, na medida em que distribuem “instruções ou informações úteis à coesão do grupo”. Há, portanto, nos dois casos o aspecto de expansão do diálogo, visto que o interlocutor é multiplicado, o que retira a carta do âmbito particular e indevassável e a coloca no âmbito da publicidade.

No conjunto geral da correspondência João Antônio & Jácomo Mandatto, alguns documentos chamam a atenção a esse respeito. A “Carta aberta aos caloteiros” é talvez o exemplar mais significativo, pois obteve uma larga divulgação dos pares. Entre os meses de julho e agosto de 1978, o escritor paulistano escreve duas vezes a Mandatto com o pedido de que ajude a divulgar a sua contenda contra as editoras que andam publicando seus contos, sem pagar os devidos direitos autorais:

Agora mesmo fui a São Paulo para enfiar uma ação na justiça do trabalho contra a Editora Três. A coisa anda de tal modo ruça que, escrevi e estou distribuindo aos amigos esta ‘Carta aberta aos caloteiros’ para que os que possam, publicarem no maior número possível de jornais. Não é uma pouca vergonha? A safadagem dessa gente é uma arte. (Antônio 1978: caixa 22)

Nesse caso, a carta circular aparece como anexo e assunto da carta pessoal. Ela é documento que deve se tornar público, pois só assim outras pessoas saberão dos “calotes” sofridos pelo autor. Por isso, há uma grande movimentação por parte dele para que não só os amigos tomem conhecimento desses fatos. A sensibilização da opinião pública deveria passar pelo escândalo em torno dos nomes dos envolvidos que, expostos, seriam obrigados a se posicionarem. Note-se que a prática é a mesma do que se vê nos tempos atuais, em que as redes de relacionamento na internet têm papel fundamental na criação de polêmicas e divulgação de causas sociais e individuais. A única diferença aqui é o suporte e, talvez, o alcance, pois a manipulação – e uso aqui o termo não no sentido pejorativo – dos pares para fazer um assunto ganhar a atenção de uma larga faixa de leitores é a mesma.

Assim João Antônio começa a carta: “Salomão, rei sábio e mulhereengo, diria que tudo que este sol cobre é aflição de espírito e impunidade” (Antônio 1978: caixa 22). O tema central, ou seja, os calotes, contudo, demora a aparecer. Os dois primeiros parágrafos da carta versam sobre futebol. Era tempo de Copa do mundo e “nossa seleção pererecava”, o que se torna metáfora para a condição geral do país. E “na faixa da literatura, o jogo prossegue duro” (Antônio 1978: caixa 22), sem que haja mínimo

respeito pelo trabalho de autor, solapado “pela ocupação maciça do livro estrangeiro mal traduzido” e pelos calotes que recebe. Mais adiante, ele continua:

Aqui na Terra, continuam lançando mão do texto alheio sem a menor contemplação. Ou dignidade. Até hoje, dez anos após o lançamento, não recebi um centavo sequer pela inclusão do meu conto ‘Afinação da arte de chutar tampinhas’ na antologia ‘Literatura brasileira em curso’, da Bloch editores. O livro, no entanto, vai bem. Está em sétima edição. [...]

Em que país estamos? A situação nos lembra palavras ouvidas, certa vez, no Norte do Paraná, da boca de um colonizador feroz e determinado: mulher e terra é de quem está em cima delas. No território das letras nacionais, texto parece não ter dono, é de quem pega primeiro. (Antônio 1978: caixa 22)

Quando, em 21 de julho de 1978, João Antônio envia a Mandatto a “Carta aberta aos caloteiros”, com o pedido de que a divulgasse, ela já estava circulando há algum tempo: o texto anexado tem data de um mês antes. Em 29 de junho do mesmo ano, por exemplo, o caderno Ilustrada, do jornal *Folha de S. Paulo* publica o artigo “João Antônio contra os caloteiros”, que traz vários trechos citados da carta-denúncia, entremeados por outros apenas parafraseados.

Nas duas laudas que tem a “carta”, o autor aponta uma série de calotes dos quais teria sido vítima, alguns deles, inclusive, tinham se tornado demandas judiciais: Rio Gráfica Editora, Ministério da Educação, Editora Três, Editora Sudamericana, além de Maurício Capovilla, a quem João Antônio, um ano antes, tinha acusado de tentar enganá-lo com relação aos direitos autorais da adaptação do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” para o cinema. A este assunto voltaremos mais tarde, pois ele foi motivo de outra carta circular.

Retomando a circulação da carta-denúncia, outro exemplo de seu alcance é que o documento consta arrolado no “Registro do acervo de Wander Piroli”, escritor mineiro. A anotação do catálogo é bastante sumária – “Pedido de divulgação de ‘Carta Aberta aos Caloteiros’” – o que não nos permite saber a extensão da missiva ou se ela trazia outros assuntos para além da solicitação, mas é certamente um índice da alta circulação do documento. Outro elemento curioso é que ele traz a mesma data da matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 29 de junho de 1978.

Cássia Alves Ferreira (2003), em sua dissertação de mestrado intitulada *Estudo crítico da bibliografia sobre João Antônio: 1977-1989*, registra a publicação do texto também em outro jornal paulista, o *Diário de São Paulo*, agora sob o título de “Uso indevido de textos literários”, no dia 02 de julho de 1978. Aparentemente, este foi reproduzido na coluna de algum colega do escritor, mas não há indicação de seu nome. A autora anota apenas que “o autor reproduz a carta do escritor, na íntegra” e que “este fala das injustiças sofridas com o mercado editorial” (Ferreira 2003: 100).

Outro trabalho que faz referência à presença da “carta” na imprensa brasileira é a dissertação de mestrado de Jane Christina Pereira, cujo *Estudo crítico da bibliografia sobre João Antônio (1963 - 1976)* inaugura o esforço de sistematização da hemeroteca

do escritor. Nesse caso, como se trata de textos posteriores ao período estudado pela autora, a referência é ainda mais vaga, visto que ela organiza os documentos para uma segunda fase de estudos, que seria concretizada com a pesquisa de Ferreira. O curioso é que ela aponta a presença de dois textos que aparentemente se perderam, pois não aparecem mais em nenhuma nova relação de artigos dessa época.

O primeiro é “Carta aberta aos caloteiros, de João Antônio. 13/06/78” (Pereira 2001: 186). Não há qualquer outra informação, por isso, ficamos sem saber em que órgão foi publicado, mas a data é importante porque pode indicar que talvez tenha sido essa a primeira publicação do texto na imprensa. O segundo, cuja anotação é quase idêntica, tem alteração apenas na data: “‘Carta aberta aos caloteiros’, texto de João Antônio. 18/11/78” (Pereira 2001: 242). Mais uma vez, a data é importante porque mostra uma certa perenidade da polêmica lançada pelo contista. Obviamente, sem a indicação do colunista e do periódico em que foi publicada, a análise resta prejudicada, mas as anotações das pesquisadoras indicam, mais uma vez, o alcance das denúncias empreendidas por João Antônio.

No que diz respeito à correspondência com Mandatto, no dia 22 de agosto de 1978, o contista volta ao assunto dos calotes sofridos e novamente pede que divulgue sua carta:

Jácomo Mandatto. Prezado.

CUIDADO COM OS URUBUS, ATENÇÃO COM AS HIENAS!

Calotes não me faltam, nem pinimbas e rixas. Além de calotes e canos cataclismáticos, ainda arrumo inimigos ferozes que desandam a falar mal de mim. Escritor vive que nem puta: apanha na rua e em casa. Toma porrada do cafetão (empresário) e da polícia (censura). Raça infeliz! Enquanto isso, os escritores oficiais, agarrados ao saco do sistema, faturam alto de um tudo: empregões, sinecuras, prêmios, viagens, bolsas e o caralho a quatorze. País que Lima Barreto já chamou de Bruzundangas. Uma deslavada pouca-vergonha. Faça artigo contra os calotes e publique em algum lugar a minha “CARTA ABERTA AOS CALOTEIROS”. É necessário meter a boca no trombone. Enquanto temos boca... Porque se merda desse grana neste País, pobre nascia sem cu. (Antônio 1978: caixa 22)

A carta pessoal, além de tema correlato, tem os mesmos artifícios da carta circular. Tanto naquela como nesta, os ditos populares – alguns dos quais de gosto bastante duvidoso, se me for permitida uma nota pessoal – dão o tom à mensagem. Seja na metáfora infame que associa o corpo da mulher a uma porção de terra, seja na comparação entre a faina de escritor e o trabalho da prostituta, vemos a linguagem das ruas, com toda a sua sonoridade e performatividade, ganhar o centro do debate. Nos dois casos, a denúncia passa ao segundo plano, enquanto a linguagem que veicula a denúncia ganha destaque.

Em trabalho anterior, já discuti o papel da performance de uma certa masculinidade na obra e na produção epistolar de João Antônio. Sobre esse aspecto, eu afirmava: “Assim como na literatura do escritor, em que, segundo Jane Pereira (2006, p. 17), há uma fusão entre linguagem e tema, aqui, temos uma síntese de personagem, homem e estilo, tudo amalgamado por meio do trato dado à linguagem” (Silva 2013: 223-224). Nesse sentido, a mensagem só tem importância quando consideradas as estratégias de veiculação. No caso do documento circular, há um esforço por parte do autor para inserir a sua situação pessoal em um quadro mais geral das letras nacionais. E se “na faixa da literatura, o jogo prossegue duro”, também nas outras áreas, o Brasil não está muito melhor, vide a situação, por exemplo, de “Dom Adriano Hipólito, que terminou sequestrado e abandonado nu, no mato, em agosto de 1976, por se atrever a denunciar as mazelas da Baixada Fluminense” (Antônio 1978: caixa 22).

É possível perceber, portanto, que a “carta” denuncia muito mais do que o título promete. Se parte significativa dela trata das demandas financeiras do escritor com seus credores – “oficiais e não” –, outra parte não menos importante fala de um Brasil que, por um lado, perde a sua identidade até no Futebol, traço tão característico, e por outro é governado por indivíduos de pouco ou nenhum compromisso com a cultura e com a democracia. Basta ver que o episódio de violência sofrida pelo bispo de Nova Iguaçu aparece justamente quando João Antônio trata do calote – oficial – que tinha levado do Ministério da Educação. Vista por essa perspectiva, a publicação da “Carta aberta aos caloteiros” em órgãos da imprensa comercial ganha ainda mais importância, pois nunca é demais lembrar que 1978 ainda era o tempo dos generais. Ainda com relação à contenda com o MEC, há uma passagem que merece destaque: “Fiz o texto, umas treze laudas de trinta linhas. Tudo à pressa, pois me foi pedida urgência. No entanto, até hoje não recebi a menor resposta [...] a justificativa: ‘calma, governo é assim mesmo, governo é assim mesmo’” (Antônio 1978: caixa 22). Essa voz não identificada, que pede calma e resignação nos parece uma referência óbvia ao episódio em que Fabiano encontra o Soldado Amarelo: “E Fabiano tirou o chapéu de couro. Governo é governo. Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo” (Ramos 1994: 107). Diferentemente de Fabiano, o escritor, contudo, não tira o chapéu para a passagem do Soldado Amarelo, ao contrário, confronta-o publicamente.

A carta seguinte performatiza a mesma indignação, que passa gradativamente dos problemas individuais (rixas e calotes) à condição do escritor enquanto trabalhador maltratado. Nesse sentido, a figura da prostituta permite que se construa um paralelismo que é social e, também, estético. A precariedade das relações profissionais está clara na comparação “Escritor vive que nem puta: apanha na rua e em casa. Toma porrada do cafetão (empresário) e da polícia (censura). Raça infeliz!”. Numa relação metonímica, a casa seria a editora, que detém o poder financeiro, enquanto a rua seria o Estado, aquele que regula o que o escritor pode ou não fazer. Nas duas primeiras frases, a comparação está estabelecida, mas está claro que se trata de categorias diferentes, unidas pela “mesma” precariedade diante dos poderosos, mas ainda assim diferentes. Contudo, ao final, é por meio do paralelismo estético que as duas classes se tornam uma única. Basta observar que o trecho que encerra a comparação

– “Raça infeliz!” – não faz mais a distinção entre um grupo e outro. Componentes da raça infeliz são todos aqueles que são açoitados pelos mais fortes, pelos urubus e hienas que estão sempre à espreita. Não há, portanto, situação pessoal descolada da situação geral do país.

No livro *João Antônio: literatura e experiência social no Brasil* (2019), Júlio Cesar Bastoni da Silva discute as implicações da relação literatura e povo na obra do escritor paulistano. Segundo o crítico, o programa estético de João Antônio apresenta “uma demanda não apenas estética, mas ética, que se relaciona à posição do escritor frente a seu país e seu povo” (Silva 2019: 136). Para ele,

Não se trata, porém, de mera demanda de uma arte engajada, ainda que esta dimensão não esteja excluída [...]. A demanda é mais profunda, e se liga a uma das grandes linhas de força da literatura brasileira: a produção literária que tem por foco exercer a intervenção na construção nacional, isto é, uma literatura que tenha a brasilidade e a formação do país como alvo, em uma palavra, um projeto. (Silva 2019: 136)

Não é à toa, portanto, que as cartas do contista trazem a linguagem desse povo, ao qual o autor busca mimetizar-se, construindo uma estética e uma ética também em seus textos íntimos. É nessa linguagem cheia de manhas e mistérios que o escritor busca encontrar a expressividade capaz de estabelecer a aproximação com o interlocutor naturalmente distanciado da carta. No caso das cartas abertas, portanto destinadas a um grande público, a aproximação, construída muitas vezes a partir de uma ambientação romanesca, busca uma solidariedade do interlocutor, como se este estivesse diante das demandas de uma personagem.

A esse respeito, vejamos outro exemplo de carta circular na Figura 1?. No dia 8 de novembro de 1976, João Antônio escreve a Mandatto uma missiva aparentemente pessoal. Alguns indícios materiais, no entanto, apontam para a circularidade do documento. A cor da tinta, em preto muito escuro, indica que se trata de uma cópia feita com carbono. Há apenas duas inscrições em preto mais claro que parecem ter sido escritas depois, já direto à máquina, sem o uso do carbono. Trata-se do vocativo “Jácomo Mandatto. Prezado.” e da frase “*querendo publique e divulgue por aí”. Receoso de que o amigo considerasse pessoal o conteúdo da carta, ele deixa autorizada a divulgação.

o querendo, publique e divulgue por aí.

Jácomo Mandatto, Prezado, Copacabana, 8 de novembro de 1976.

Outubro foi um mês duro. Viajei como pouca gente já fez pela li-
teratura deste país. Desembestei em outubro. Por umas que tinha feito,
fiz uma conferência no MAM aqui do Rio, fui a Vitória, estiquei até Ma-
nauá e na volta participei dos debates e conferências do Projeto Cultu-
ra Literária (uma semana) em Porto Alegre. Mas mal cheguei, me rumei para
Juiz de Fora, inda a convite de estudantes de filosofia, letras e comuni-
cação.

Gente, uma correria. Acabei estropado, como diria minha avó.

Além do fadado, andava de grilo acoso, meio cabreiro, encalia-
trado, encabulado com uns beatos que ouvia e faxia não ouvir sobre uma
verba, uma grana, um avanço, que se diziam haver saído da Esbrasilme pa-
ra a filmagem do meu “Malagueta, Perus e Macanaco”. Ora, já se viu! Co-
mo sempre, o autor como os maridos, estava sendo o último a saber.

Especulando novidades, me procurei uma repórter de uma grande
revista (“Veja”) acompanhada de um fotógrafo que é meu amigo velho de
peito, Walter Firso. Queriam saber das novidades. Eu só lhes garanti o
seguinte: ninguém vai filmar meu Malagueta, meu Perus e meu Macanaco,
sen antes me molhar a mão — e bem molhada, que já ando cansado de so-
frer — com o que me é de direito. Afinal, sou o autor da coisa, parti-
cipei ativamente da elaboração do roteiro e os diálogos são meus.

Cabreiro, pois, eu andei tocando aí pra baixo e pra cima nos
andanças, falando de letras, abrindo para debates e suando o corpo. Não
me viessem com inglesias.

Noje, inda agora à noite, anda lendo uma antologia de humor
brasileiro, publicada por uns macanudos lá do Sul, quando o telefone to-
cou e era Maurice Capovilla, diretor do filme.

Saiu finalmente a grana. Tudo certo e arrematado.

Urubu pra cantar ócora, dis o samba.

Estamos aí, Capovilla. Vamos lá.

Deverei voar na quinta-feira, num avião para São Paulo, onde da-
rei uma coletiva à imprensa e, no mesmo dia 11 de novembro de 1976, as-
sino a papelada e começamos as filmagens.

Com a grana que me é devida no bolso, é claro.

(Cá entre nós que ninguém nos ouve: com esse tutu, me note em
cima do papel, mando todos os patrões lamberem sabão e enfiar no papel
outro trauz aí nas alturas de Malagueta, de Perus e de Macanaco).

É muito arrepiado de alegria, pois, “caitito” como se diz lá no
Sul, que escrevo e comunico a quem deva saber.

Com um abraço de

João Antônio

Figura 1. Carta circular enviada por João Antônio a Jácomo Mandatto,
datada de 08 de novembro de 1976

O início da carta, contudo, não parece diferir de muitas outras da coleção. O primeiro parágrafo é usado para contar das viagens que fez e faz para falar de literatura país a fora: “outubro foi um mês duro”. O segundo parágrafo é composto por apenas uma linha – “Gente, uma correria. Acabei estropado, como diria minha avó” (Antô-

nio 1976: caixa 22) –, que estabelece uma quebra na linguagem cotidiana, automatizada, do trecho anterior. A partir daí, o texto vai ganhando expressividade:

Além de fanado, andava de grilo aceso, meio cabreiro, encalistrado, encabulado com uns boatos que ouvia e fazia não ouvir sobre uma verba, uma grana, um avanço, que me diziam haver saído da Embrafilme para a filmagem do meu Malagueta, Perus e Bacanaço. Ora, já se viu! Como sempre, o autor como os maridos, estava sendo o último a saber. (Antônio 1976: caixa 22)

O sentido vai sendo construído a partir da enumeração de termos dicionarizados, mas de pouco uso na linguagem corrente, que são associados a elementos da gíria da malandragem. Esse tipo de enumeração de termos é prática comum tanto na obra literária quanto na correspondência do escritor. Trata-se de estratégia estética, por um lado, e de aproximação e convencimento do leitor, por outro, conforme já discutimos no trabalho supracitado (Silva 2013). A carta continua e logo adiante vem o desfecho positivo: “Saiu finalmente a grana. Tudo certo e arrematado. / Urubu pra cantar demora, diz o samba. / Estamos aí, Capovilla. Vamos lá” (Antônio 1976: caixa 22).

Em 16 de maio de 1975, a *Folha de S. Paulo* publicara a matéria “Temores de uma adaptação para TV”, que noticiava a preparação de “Malagueta, Perus e Bacanaço” para um “especial de televisão”, com direção do cineasta Maurice Capovilla. A adaptação era vista por João Antônio com certa alegria e temor. Se por um lado essa era uma oportunidade de lograr algum dinheiro e ver sua obra ganhar um público muito maior, por outro, a questão estética gerava preocupação: “Tenho opinião de que se o escritor afrouxa e deixa as coisas andarem, o resultado pode surpreender. Para pior, claro” (Antônio 1975: 48).

A partir dessa matéria, muitas outras trarão notícias da adaptação. O projeto é ampliado e o que deveria ser um especial de televisão se transforma no plano de um filme. Sob o título de “O mundo da sinuca vai virar filme”, em 15 de junho de 1976, o jornal *Última hora* publica matéria de Márcia Guimarães, em que se discute a importância de um ator negro fazer o papel de Malagueta. Àquele momento, Grande Otelo era anunciado como um dos nomes que comporia o trio protagonista, o que, como sabemos, não se confirmou, mesmo o ator tendo participado da fase de preparação, conforme atesta carta do escritor, enviada em março de 1976: “Passamos uma noite inteira trocando ideias com Grande Otelo que viverá o velho Malagueta” (Antônio 1976: caixa 22). Sem explicação, para o seu lugar foi escalado Lima Duarte.

As cartas, assim como as matérias de jornal, darão notícias do projeto algumas vezes. Aquela carta circular de novembro de 1976, em que João Antônio informa sobre a liberação do dinheiro é, também, a primeira em que ele começa a expressar certa desconfiança sobre o projeto. A partir dali, terá início uma briga com o diretor e os produtores do filme. A edição da revista *Veja*, publicada no dia 10 de novembro daquele ano, dois dias após a carta, traz na página 138 uma nota em que informa sobre o andamento do projeto e reproduz o que o contista diz acima: “João Antônio faz questão de salientar que as filmagens não serão iniciadas enquanto ele não receber

da Embrafilmes os 10% do custo total da produção (orçada em CR\$ 800.000), referentes aos seus direitos autorais”.

O recado da carta era veiculado também na imprensa e, aos poucos, a relação do contista e os responsáveis pelo filme vai ficando mais tensa. No dia 29 de dezembro daquele ano, o jornal *Estado de S. Paulo* publicava a notícia “Produtores não atenderão às reclamações de João Antônio”. A matéria informa sobre a contenda entre o escritor e os produtores Maurice Capovilla e José Zimmerman, que teriam chamado o autor de “mercenário”. Capovilla afirma que eles farão ainda uma tentativa de conciliação, mas “se não tivermos resposta de João, já temos pronta uma citação judicial”.

Mesmo com acusação de ambos os lados, o filme é rodado. Com Lima Duarte, Gianfrancesco Guarnieri e Maurício do Valle, nos papéis de Malagueta, Perus e Bacanaço, respectivamente, o filme ganha elogios da crítica, mas desagrada o autor do conto. Em 31 de julho de 1980, em nova carta escrita para ser veiculada na imprensa, João Antônio anota:

O filme que se fez sobre “Malagueta” foi um equívoco, a partir do título, O Jogo da Vida, é o mesmo que você colocar o nome de Robert Taylor num gari das ruas da Lapa, é confundir cafetão de gravata com capitão de fragata, é pensar que berimbau é gaita e é esquecer o cabimento das coisas e, principalmente, não sentir o menor respeito por um trabalho de autor. O desastre “universitário” que foi o filme reside, principalmente, no fato de que não é um trabalho popular; é “universitário”; é “inteligente”, é asséptico e supinamente bem-comportado. Os homens que o filmaram se esqueceram, entre outras coisas, que os meus personagens têm mau hálito. E que fedem. Há, a meu ver, a péssima mania entre nós de confundir virtude com maneirismo e este é o caso do filme. Muitas pessoas gostaram do filme, inclusive alguns intelectuais de valor e cineastas de certo peso e tradição. Respeito a opinião alheia e creio mesmo que eu sou a pessoa mais suspeita para falar no assunto. (Antônio 1980: caixa 22)

Esta carta, pelo modo de interlocução estabelecido pelo autor, aparentemente foi escrita em resposta a um questionário enviado por Mandatto. Há alguns indícios disso, como trechos do tipo “Você me pergunta se MPB é uma denúncia, um protesto ou um retrato” ou “A uma das perguntas – ‘por que você escreveu *Malagueta, Perus e Bacanaço*?’ – eu respondo que é porque tenho esta cara de mestiço e este nariz de turco” (Antônio 1980: caixa 22).

Escrito num contexto em que o jornalista e historiador itapirense preparava uma série de artigos sobre a obra de João Antônio, e tendo como pano de fundo principal a chegada à sexta e sétimas edições do livro de estreia, o texto integral da missiva seria publicado posteriormente no terceiro artigo da série “João Antônio: aberto para balanço”, que saiu no *Minas Gerais: Suplemento Literário*, provavelmente em 1981.² Aqui, seria difícil caracterizar o documento como carta circular, porque ele não

2 Jácomo Mandatto – em carta sem data, mas que certamente foi enviada no primeiro semestre de 1980 – documenta o processo de escrita dos artigos: “Estou montando o material para o “ensaio/

obedece ao padrão que vimos anteriormente: carta enviada a mais de um correspondente. Contudo, se não há pedido ou indício de distribuição a outros correspondentes, o fato de ela ser destinada ao grande público – o que só ficamos sabendo quando tomamos conhecimento do artigo – já é motivo para que a pensemos a partir da ambiguidade comum às cartas ostensivas. Segundo Haroche-Bouzinac, “o epistológrafo que escreve sabe que será lido por vários olhares; esse aspecto não deixa de acentuar a encenação já presente em toda troca de correspondência íntima, nem de reforçar o papel ativo dessa censura interiorizada resultante da aprendizagem dos códigos” (2016: 53).

O aspecto da encenação, de que fala a crítica francesa, é essencial para a análise de *corpus* epistolares e, em especial, no que diz respeito às cartas ostensivas/circulares. Marcos Moraes discute a “ilusão de presença” na correspondência de Mário de Andrade como um índice de *mise en scène* criada pelo escritor. Moraes analisa uma missiva em que o autor de *Amar, verbo intransitivo* “encena” a produção da própria carta que escreve ao amigo Câmara Cascudo. Ocorre que o escritor paulistano enfrentava dificuldade de visão em um dos olhos por conta “de um proeminente terço!” (Moraes 2007: 93) e esta condição acaba por se constituir como parte da carta: “todas essas circunstâncias ligadas ao momento da composição epistolar são esquadrinhadas por Mário”, que “cria, assim, uma cena, e insere-se nela como personagem. Com algum rigor e detalhe parece querer presentificar-se para o destinatário” (Moraes 2007: 93).

Quando olhamos para as cartas de João Antônio aqui analisadas, podemos perceber que também ele busca essa “ilusão de presença”, que segundo Moraes era utilizada por Mário como um “recurso linguístico de sedução intelectual” (Moraes 2007: 93). No caso do escritor de *Leão-de-chácara*, as cenas (presentes em maior ou menor grau nesses documentos que oscilam entre o público e o privado) são construídas, muitas vezes, pela linguagem de suas personagens, que invadem a carta conferindo ao escritor a mesma desconfiança e a mesma picardia para lidar com as hienas, sempre prontas para atacar os seus ganhos. A sedução intelectual se dá, portanto, por meio da união da figura do escritor com as figuras representadas por ele em suas obras. O leitor dessas cartas é convidado a admirar a sua postura destemida, enquanto os “rapinantes” e “irresponsáveis” são instados a temer as reações que virão.

que pretendo criar sobre você, devendo constar de cinco artigos, sob o título geral de “JOÃO ANTÔNIO: ABERTO PARA BALANÇO”; no primeiro, com esse título, faço um panorama de sua produção de 1963 a 1978; no segundo, vou tratar de M.P.B através das informações sobre o livro por meio de suas cartas (e para isso reli 82 cartas que você me mandou desde 1962); no terceiro verei “MPB” na apreciação crítica literária do país; no quarto, aproveitarei as suas respostas ao meu questionário; e, finalmente, no quinto, um tanto quanto possível completa bio-bibliografia de sua produção literária” (Mandatto 1980: caixa 23). Obs.: os correspondentes usam a sigla M.P.B para abreviar o título de *Malagueta, Perus e Bacanaço*. No repositório do *Minas Gerais: Suplemento Literário*, na UFMG, constam as imagens dos textos II (31 jan. 1981) e IV (18 de jul. 1981); o texto I (2 set. 1980) não tem a imagem.

OBRAS CITADAS

ANTÔNIO, João. João Antônio faz questão de salientar que... *Veja*, São Paulo, 10 nov. 1976 [nota explicativa].

ANTÔNIO, João. *Cartas aos amigos Caio Porfírio Carneiro e Fábio Lucas*. Claudio Giordano, org. São Paulo: Ateliê Editorial; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2004.

CORRESPONDÊNCIA JOÃO ANTÔNIO & JÁCOMO MANDATTO. Fundo João Antônio, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP-UNESP), Série Correspondência João Antônio. Caixa 22 (Exemplares da correspondência ativa); Caixa 23 (Exemplares da correspondência passiva).

FERREIRA, Cássia. *Estudo crítico da bibliografia sobre João Antônio: 1977-1989*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Trad. Lígia Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

JOÃO Antônio contra os caloteiros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1978.

LAJOLO, Marisa & Regina Zilberman. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

MORAES, Marcos. *Orgulho de jamais aconselhar*. São Paulo: Edusp, 2007.

GUIMARÃES, Marcia. O mundo da sinuca vai virar filme. *Última hora*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1976.

PEREIRA, Jane Christina. *Estudo crítico da bibliografia sobre João Antônio (1963 - 1976)*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.

PRODUTORES não atenderão às reclamações de João Antônio. *Estado de S. Paulo*, 29 dez. 1976.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

REGISTRO do acervo de Wander Piroli (volume I). Disponível em: <https://sites.lettras.ufmg.br/aem/wp-content/uploads/2023/08/WanderPiroli.pdf>.

SILVA, Telma Maciel da. *Posta-restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Júlio Cezar Bastoni da. *João Antônio: literatura e experiência social no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2019.

TEMORES de uma adaptação para tv. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 1975.